

Ler e escolher livros para crianças e jovens: uma tarefa docente?

Juliana Bernardes Tozzi¹

Resumo

Este texto tem o propósito de colocar em pauta o tema das escolhas de livros para a leitura de crianças e jovens por parte dos professores, identificando possibilidades que se apresentam para o acompanhamento e a apreciação dessa produção. Destaca-se a concorrência de autoridade de instâncias de mediação envolvidas com a produção e o consumo dos livros destinados à leitura das novas gerações. Nessa perspectiva, se enfoca como a comunidade dominante de escritores e críticos de literatura – a qual assume um discurso competente de avaliação dessa produção – se opõe a determinada forma de consumo de livros. Os professores, representantes da cultura escolar, emergem para estas comunidades como atores cuja capacidade de apreciação do “literário” encontrar-se-ia pouco qualificada e carente – o que o texto pretende iniciar em problematização.

Palavras-chave

Leitura; escolha de livros; livros infantis; qualidade do livro infantil; mercado de livros infantis.

Abstract

This text wants to bring to the center of the debate the teachers' choices about books to be readen by children and teenagers, identi-

fying opportunities of monitoring and assessment of the production. The article highlights the concurrence of various levels of mediation involved in the production and consumption of reading books specially designed to the new generations. From this perspective, we focuses as the dominant community of writers and critics – which assumes the authority of the assessment of speech production – is opposed to some form of consumption of books. Teachers, representatives of the school culture, are often seen by these communities as actors who appreciate what is "literary" with difficulties – a position that this text discusses.

Keywords

Choice of books; teachers' choices, children's books, quality of children's books, children's book market

Um mar de livros...

A produção dos livros pensados para o consumo das novas gerações no Brasil aparece destacada nas pesquisas divulgadas pelo campo editorial dos últimos anos.

Pesada certa relatividade com a qual devemos ler tais trabalhos ainda bastante iniciais em nosso país sobre a situação do mercado da edição – que por sua vez trazem dados que acabam sendo utilizados para reforçar a crença na atividade promissora de editoras e livreiros² –, eles

1 Mestre em Educação pelo Grupo Alfabetização, Leitura e Escrita (Alle), Faculdade de Educação da Unicamp. E-mail: juliana.bernardes@bol.com.br

2 Há uma crítica a esse respeito, por exemplo, em Earp e Kornis, 2005, que analisam os dados das pesquisas produzidas pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) encomendadas pela Câmara Brasileira do Livro e pelo Sindicato Nacional dos Editores e Livrheiros.

indicam a evidente importância que o livro infantil e juvenil assumiu para pequenas ou grandes, tradicionais ou recentes, editoras.

Especialistas na área já apontaram que o desenvolvimento deste artefato cultural peculiar deve ser buscado sob a luz da constituição das sociedades burguesas capitalistas e dos processos de industrialização, modernização e profissionalização que passaram a atravessá-las.³ *Grosso modo*, seus trabalhos reforçam a compreensão de que a infância e a “cultura para a infância” emergiram, lentamente, como ideia e como necessidade, em sociedades de relações sociais nas quais os adultos, progressivamente, foram distanciando-se de uma condição “infantil” – de não educação, de não “civildade”, de não domínio de certas habilidades próprias do mundo dos adultos. Uma distância que podemos bem relacionar às disputas de poderes que se foram constituindo entre os grupos “burgueses” e aristocráticos no fim da Idade Média e que implicaram no desenvolvimento de modos de ser “um homem da civilização” – em um processo, portanto, que nos volta para a gênese das sociedades capitalistas ocidentais.⁴

Não por acaso, os primeiros livros infantis que a história deste objeto dá notícias, no Ocidente, é um testemunho trazido pelos manuais de civildade e de boas maneiras que ensinavam às crianças como se comportarem. Depois, os contos e fábulas populares repletos das intenções de uma educação moral.

Esses livros estavam articulados a uma aspiração de participação no poder da burguesia que veio a adotar como estratégia de ascensão a ilustração e o refinamento das condutas, a ser ensinado às novas gerações mediante um grande arsenal de materiais. É evidente a inter-relação também já muito comentada que se estabeleceu entre o desenvolvimento da família burguesa, da escolarização e dos saberes especialistas sobre a infância nas sociedades modernas do Ocidente.

A crença sobre os poderes da leitura e dos livros, expandida à medida que maiores públicos passaram a participar do projeto de modernidade, se evidenciou acompanhada, ao longo do tempo, por inúmeros debates sobre “o que deveria ser dado a ler” aos leitores das primeiras letras. Como bem coloca Tereza Colomer, o primeiro livro

infantil nasceu junto com a pergunta “o que se deve-dar a ler para as crianças?” (COLOMER, 2007, p. 127); é um gênero-segmento que continuamente se define pelas representações do que cabe ou não cabe a um público, ou melhor, aos públicos – cada vez maiores – da infância. Representações que vão constituindo motivo de disputas pelas várias instâncias que lidam com a mediação das leituras infantis.

Todos nós, professores, efetivos mediadores destas leituras infantis, já vivemos várias situações em que participamos destas disputas. Afinal, quantos títulos já não nos foram apresentados com excelentes referências a respeito da sua “qualidade” de leitura por, às vezes, colegas de trabalho, outras tantas por divulgadores dos catálogos de empresas-editoras, outras ainda em falas advindas de especialistas de literatura ou mesmo de autores. Elas funcionam, aparentemente, como uma ajuda bem-vinda para nossas escolhas, considerando-se a exigência de sua atenção ao que há de inovador na área. Mas por quê?

De certa forma, porque é inegável a dificuldade para um acompanhamento intelectual e sensível sobre esta produção considerando-se o complexo quadro que caracteriza a condição do docente brasileiro e a velocidade do lançamento de livros pelo mercado. O lançamento de livros, autores ou coleções, fomentado pela busca do esperado sucesso em programas de seleção governamental, vem determinando de forma particular nesse segmento o aumento das apostas, números e catálogos. A pesquisadora Tereza Colomer situa duplamente os efeitos do desenvolvimento desse mercado:

Por um lado, beneficiamo-nos de uma imensa diversidade de gêneros, títulos e preços dentre os quais escolher, dentre uma vasta gama de traduções de todos os países e da existência de prêmios e possibilidades de profissionalização para os autores. Por outro, sofremos de pautas de produção e venda em massa que dão lugar à descatalogação de bons livros, a uma roda-viva que não dá tempo a outros livros para saber se são bons e a uma maior dificuldade para escolher as obras e constituir referentes compartilhados. (COLOMER, 2011, p. 5)

3 Lajolo e Zilberman (2007) e Magalhães e Zilberman (1987).

4 Conforme Norbert Elias (1994).

No caso específico da produção dos títulos infantis em nosso país, os reflexos são salutares; pude confirmar, em uma pesquisa desenvolvida na Faculdade de Educação da Unicamp,⁵ que, na primeira década deste século, 39 marcas-editoras especialistas em sua produção – apenas de *infantis* – funcionavam no Brasil, sem contarmos as escolares que, tradicionalmente, atuavam no setor (cerca de 16). A grande maioria (mais de 30) com origem após a década de 1990 –, quando, na década de 1980, o Guia do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL) informava que, das editoras ativas constantes em seu cadastro no Brasil, apenas duas eram especializadas no segmento.⁶

Esta difusão de agentes – que dá indícios do consumo – acentua a gama de oportunidades de trabalhos de avaliação “especialista” sobre o que deve ser lido pelos pequenos leitores... Se agora todos parecem ter maior possibilidade de leituras, as definições sobre o “que seja uma leitura de qualidade”, “um texto literário de verdade”, se contrapõem, constituindo exemplos das tentativas de se guiar as leituras e, é claro, reconfigurar distâncias sociais pela instauração da legitimidade das “melhores leituras”.

Mas antes de nos dedicarmos a esta questão, é preciso reconhecer as várias leituras espalhadas pelo mercado, cujo conhecimento sobre como vêm sendo “preferidas” pelos novos leitores ainda coloca-se, por certo, como instigante desafio à pesquisa. Atentarmo-nos a elas pode ser a ocasião de participarmos do reconhecimento de novas forças que podem inovar o gênero e que concorrem para redefini-lo.

Para conhecer o que está por aí

[...] livros-brinquedo, livros de bolso, livros para dar de presente, livros baratos, audiolivros, lindos álbuns, fac-símiles, coleções escolares com exercícios incorporados, livros sem palavras ou cuidadas edições de clássicos. As edições multiplicaram-se e oferecem produtos para funções e bolsos cada vez mais diversificados. (COLOMER, 2007, p. 128)

Se em um primeiro momento a tentativa de conhecimento do acompanhamento da produção dos títulos para as crianças evoca a imagem da infundável *Biblioteca de Babel* descrita em um texto ficcional de Jorge Luis Borges, seria importante reconhecermos algumas formas de acessarmos as novidades de suas prateleiras. E, ao fazê-lo, não renunciarmos a uma participação intelectual que elabora e reconhece argumentos que sustentam as escolhas daqueles livros que “levamos para casa” para compartilhar em leitura. Nesse sentido, os profissionais da educação têm uma parcela importante a oferecer na sistematização de reflexões para o campo da produção cultural.

Para conhecer, apreciar e inventar... é preciso acessar.

Escolho aqui, porém, não enveredar-me, nesse texto, pela proposição de uma discussão sobre como o professor *deveria* acessar (e *aproveitar*) aquilo que já foi escolhido por comunidades que não são as da sua escola. Não quero com isso indicar desprezo ou desconfiança pelos inúmeros trabalhos que repercutem em coleções de obras distribuídas para as escolas – que têm seu valor; negá-lo seria desconsiderar o simples fato de tais programas existirem e se infiltrarem na história da nossa educação com tanta autoridade, por décadas. Seria, inclusive, ingênuo negar possibilidades de leitura que com eles a escola *pode* celebrar.

Todavia, penso que endereçar aos professores uma discussão sobre autonomia no campo da educação, do conhecimento e da leitura, iniciando por um papel de “aproveitar o que já está aí” é apostar em uma premissa equivocada que exclui, de início, outras possibilidades de intelectualidade, inventividade e renovação de poderes no campo da educação e da cultura.

Os objetos de leitura e, enfocando os livros de leitura destinados aos pequenos e jovens leitores, estão no espaço social – não são exclusivos instrumentos ou artefatos da escola. Eles fazem parte das cenas de nossa história cultural e econômica maior: podem ser encontrados em nossas memórias e nas de nossos pares que conosco compartilham

5 Dissertação de mestrado concluída em 2011 com o título: *Livro infantil no Brasil (2007-2008): marcas em circulação, catálogos de divulgação e infâncias anunciadas*. A pesquisa foi realizada dentro do grupo ALLE, na mesma faculdade, e contou com financiamento do CNPq de maio de 2009 a abril de 2011. Orientação da professora doutora Lilian Lopes Martin da Silva.

6 Dados de Hallewell (1985), p. 591.

os livros que fazem parte de suas vidas; podem ser visualizados em sites da Internet nas casas virtuais das editoras; também, manuseados e lidos em livrarias e bibliotecas. Podemos, ainda, vê-los pelas “vitrines-catálogos”, um dos lugares que parecem ser dos mais visitados pelos professores para suas escolhas.⁷

Seria importante, quanto a isso, estarmos atentos ao diálogo que as *empresas-editoras* de títulos para crianças e jovens zelam por cultivar com os profissionais da escola. Em sua grande maioria, o atendimento ao professor é um canal que permanece preferencial, pois, como sabemos, elas têm interesse em divulgar e dar a conhecer seus lançamentos, catálogos, propostas. Nesse intuito, podem abrir-se à possibilidade de levar seus divulgadores com seus livros para as escolas, a fim de apresentarem-nos e oferecerem-nos como oferta ou “com” oferta. Quanto a isso, apenas seria oportuna a atenção a certas facilidades, que podem condicionar e reduzir a amplitude dos horizontes de apreciação.⁸

Outra via que se mostra acessível para o reconhecimento da produção no campo, certamente, são as *feiras literárias*.⁹ Ocasão das mais privilegiadas para as editoras exibirem-se no mercado, a preparação dos estandes mostra-se não raramente atenta em evocar a identidade das editoras e de seus catálogos para os consumidores, dando pistas a respeito do que orienta as escolhas de títulos – ou a sua elaboração. Programar-se em relação ao calendário destas feiras pode constituir

oportunidade para observarmos as relações que aí se mostram explícitas: redes construídas entre editores e professores, entre editores e críticos, entre escritores e críticos, entre editores e escritores etc. São momentos de formação para alimentarmos um posicionamento crítico sob a óptica de que os livros nos chegam depois de muitas redes de determinação e trabalhos de intervenção, para além de “criações de gênios” ou de uma boa vontade missionária...¹⁰

Nessas feiras, enquanto professores, facilmente nos reconhecemos como interlocutores dos mais valorizados pelas editoras que produzem para a infância e juventude. No mínimo, valendo-nos dessa entrada, podemos organizar uma coleção de catálogos da divulgação editorial. Instrumento que as casas-editoras historicamente lançam mão para, também, atualizarem sua imagem no campo, a produção dos *catálogos impressos* parece de longe uma prática a ser superada, embora sua observação ateste um caminho em que eles vêm emergindo como específicos produtos culturais, envoltos a um cuidadoso e, muitas vezes, artístico processo de produção.¹¹

Certamente, tais materiais trazem algumas possibilidades de exploração para o acompanhamento do que vem sendo produzido e para a observação das apostas, tendências e determinismos que afetam a característica do que designamos por livro infantil em nossa época e sociedade.¹² É claro que, exaustiva e criativamente, eles insistem em ensinar-nos o “valor” dos livros ali dispostos: valor literá-

7 Conforme pesquisa sobre o uso dos catálogos pelos docentes desenvolvida pelo grupo de Alfabetização, Leitura e Escrita (Alle) da Faculdade de Educação de Minas Gerais. A pesquisa não foi publicada, mas agradecemos à professora Maria Aparecida Paiva por ter-nos disponibilizado o acesso ao trabalho.

8 Em Tozzi (op. cit.), oferecemos uma ampla lista de editoras com catálogo na área de livros para a infância e juventude com seus sites e telefones de contato, indicando aquelas que, em 2007 e 2008, publicaram livros no segmento e que pudemos atestar fazerem uso de catálogos impressos de divulgação editorial.

9 Destacaria, aqui, a Bienal de Livros, a Feira Literária Internacional de Parati, a Primavera dos Livros, o Salão do Livro Infantil e Juvenil, além de um conjunto de eventos de comunidades próprias de editores que tende a se ampliar a nível nacional com o anúncio do governo federal, em 2011, da criação do Circuito Nacional de Feiras de Livro.

10 Conforme Chartier (2002), p. 97, e Bourdieu (1968), p. 114.

11 Essas considerações são confirmadas por um conjunto de pesquisas desenvolvidas pelo grupo Alle da Faculdade de Educação da Unicamp e que fazem uso desses materiais como fontes de investigação, dentro do qual destaco: Ferreira (2006) e Oliveira (2006).

12 Conforme Lajolo, 1994. Atentos a isso, um amplo conjunto de catálogos disponibilizados para apreciação e estudo foi cadastrado e encontra-se disponível para consulta no grupo Alle, sendo parte do percurso de nossa investigação. (TOZZI, op. cit.)

rio aprovado pela crítica especializada, valor para o aprendizado da situação escolar, valor atestado pelo “sucesso” de público etc. Nesse sentido, a postura de vigilância sob tais materiais lembra o intrínseco perigo de “sedução” acoplado a materiais de *marketing* e publicidade.

Todavia, a ideia de um livro “puro” do discurso editorial que o formata, projeta, fabrica e divulga, exige ressalvas. Afinal, há sempre um jogo de forças que repercute na produção cultural, inscritas nos próprios livros ou fora deles, mesmo que descartássemos os discursos advindos do *marketing* das editoras. Por isso, é legítimo reconhecer que encontrar os livros pelos catálogos é *mais* uma possibilidade legítima de iniciarmos as nossas buscas. Outra oportunidade é aquela trazida pelas instâncias que premiam e selecionam títulos e que operam através do trabalho de comunidades especialistas da avaliação literária.¹³

Embora a intenção que orienta a atividade de tais instituições e profissionais seja contextualizada pela diferenciação de propósitos – distante da preocupação da “venda” de produtos –, com isso não deveríamos esquecer, em primeiro lugar, que o trabalho dos editores, embora situado no campo da produção, também é um trabalho de *apropriação* – dos textos que lhes chegam –, executado, também ele, em função de determinadas concepções de público, as quais podem se explicitar pela observação dos catálogos dessas empresas.¹⁴ Em segundo lugar, há poderes de persuasão que deveríamos reconhecer nestes trabalhos dos “especialistas do literário” e que repercutem em “capital”; no caso destas instituições, o capital gerado pelo poder de consagrar, selar uma avaliação, com todos os seus desdobramentos, inclusive econômicos, ainda que estes possam ser negados taxativamente.¹⁵

Pela importância simbólica de autoridade que repercutem, torna-se oportuno refletir sobre tais práticas, reconhecendo o papel que aspiram na área da produção cultural dos livros voltados aos pequenos leitores, cujo destino tem evidente relação com o cotidiano escolar. Ao fazê-lo, será preciso assumir que, para além de bons ou maus, interessados ou desinteressados, o campo social é um campo de lutas por “aquilo que vale” e que, estabelecido, confere valor aos que têm o poder de determinar o que é válido. Nessa “arena”, os professores têm seu papel e posição, e é porque o tem que suas escolhas se veem não raramente alvo do desprestígio de opiniões que deveríamos melhor problematizar.

A acirrada questão das escolhas: o que está em jogo?

A saída é evitar a escolha individual quando não se conhece o livro e recorrer às instituições que trabalham nesse campo há algum tempo, e já constituíram um acervo de indicações, ano a ano. [...] O trabalho dos mestres fica muito mais fácil. (MACHADO, 2009, p. 11)

Retirei o trecho acima de um texto escrito pela premiada autora brasileira de livros infantis e juvenis Ana Maria Machado. Em forma de carta, ela se remetia aos professores.¹⁶

A inspiração do texto mobilizara-se por uma situação corriqueira do cotidiano: uma mãe, gerente de banco, comentara à autora sobre um livro que seu filho, uma criança de três anos, e ela, tinham achado “bobo” e que havia sido escolhido pela professora da turma na escola.

13 Por exemplo, pelo lugar simbólico de referência na avaliação da produção dos livros infantis e juvenis do país, menciono a premiação anual oferecida pela Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ) que, em voga desde 1974, hoje conta com diversas categorias. A Biblioteca Monteiro Lobato também produz uma “Bibliografia Brasileira da Literatura Infantil e Juvenil Brasileira”, na qual podemos encontrar uma resenha dos títulos de maior significado, segundo seus especialistas, no campo, e um destaque para os mais inovadores. Por outro lado, do lado governamental, a lista das obras do Plano Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) disponibiliza o contato com um acervo montado a partir de critérios de legitimidade realizados pela comunidade acadêmica do país. Não me parece, a princípio, oportuno abordar com diferenciação a “qualidade” destes trabalhos, pois a apreciação dos envolvidos não se orienta por critérios de clivagem ou oposição tão evidentes.

14 Situo aqui o trabalho do editor como trabalho de *apropriação*: é ele quem atualiza e se apropria do texto para “dar a ler”, mediante fórmulas que vão contando a história da leitura e da sua difusão (CHARTIER, 1999, p. 15).

15 Conforme Bourdieu (1968), p. 120-121.

16 Publicada na revista *Carta Fundamental*, o texto trazia o título “Ler e escolher livros”.

Era sobre “um personagem que comia meleca” e parece que tinha sido usado para o trabalho com noções de higiene.

Na carta aos professores, Ana Maria Machado fez considerações sobre os “problemas” que envolveriam as escolhas dos professores, contrapondo-as a todo um acervo que apontava como sendo “de qualidade” e para o qual convergiam títulos (envolvendo aquela temática, sobre a higiene) de sua própria autoria. A escritora aproveitou para criticar um pouco como as próprias políticas públicas nem sempre atuariam no sentido de valorizar a produção nacional tradicional de *qualidade*.

Como se vê, as palavras da escritora são ocasião privilegiada para refletirmos sobre como se mostra acirrada a disputa entre os mediadores das leituras infantis. No seu relato, vemos a figura de uma professora, a de uma mãe e de seu filho e a de uma escritora que escreve livros para pequenos leitores e que também se posiciona como crítica de literatura; são ainda mencionados escritores menos tradicionais, os avaliadores das seleções governamentais e as instituições de apreciação literária. Todos atores com suas opiniões sobre o que deve ser lido pelos jovens leitores e que mediam esse consumo.¹⁷

Parece evidente certa fatalidade com a qual a escolha da professora foi discutida: *infelizmente*, já que as “más” escolhas acontecem, aos meses restaria a saída da consulta aos que entendem da “qualidade” no campo. Da mesma forma, universalizada, como podemos ver, se coloca a própria noção de “más escolhas”. Todavia, as colocações da autora explicitam como a defesa que faz de “livros de qualidade” é permeada pela defesa de um projeto de consumo cultural que carrega uma coleção de posicionamentos que repercutem na definição de fronteiras entre formas de consumo ou apropriação cultural. Para as novas gerações, sobressai-se no texto a defesa de livros *literários* e *construtivos*, *instigantes* –

que não sejam de *mau gosto*, talvez pudéssemos complementar.

Assim, o assunto das “melecas” – que pode provocar o riso pelo lado de muitas crianças, as quais talvez deveriam ser apresentadas ao *Gargantua e Pantagrue* de François Rabelais mais cedo do que vimos julgando –, no caso de alguns adultos (com seus filhos) e escritores, não parece um assunto bem quisto, pois desejam algo mais. Mas, embora o pequeno leitor de três anos que a escritora cita pareça não ter se satisfeito com o título, só para citar um exemplar de sucesso mais atual entre as crianças, o livro *Até as princesas soltam pum*, do escritor brasileiro Ilan Brenman,¹⁸ lançado em 2009, lembra que se podemos encontrar divergências entre escritores e críticos sobre o que deve ser escrito para crianças, também as podemos encontrar entre seus consumidores...

O exemplo confirma que se para alguns públicos certas temáticas inspiram algo de “mau-gosto”, bobo e sem necessidade, para outros fomentam curiosidade, rebeldia, riso – propiciando o que poderíamos identificar como uma entrada carnalizada para a experiência literária.

De fato, um texto da professora Márcia Abreu nos lembra o fato de estarmos tão habituados a pensar na suposta qualidade “intrínseca” de uma obra que não reconhecemos no “literário” uma elaboração social altamente distintiva:

[...] temos dificuldade em aceitar a ideia que não é o valor interno à obra que a consagra. O modo de organizar o texto, o emprego de certa linguagem, a adesão a uma convenção contribuem para que algo seja considerado literário. Mas esses elementos não bastam. A literariedade vem também de elementos externos ao texto, como nome do autor, mercado editorial, grupo cultural, critérios críticos em vigor. (ABREU, 2006, p. 41)

17 O que lembra que fazer pesquisa sobre “aquilo que a criança gosta de ler/ escolhe ler” mostra-se um particular desafio de investigação, uma vez que nos guiarmos por índices de compras pode ser algo que apenas nos indique as preferências destes mediadores, os quais escolhem o que deve ser lido pelos pequenos leitores.

18 Ilustrações de Ionit Zilberman. São Paulo: Brinque-Book, 2008. A obra manteve-se em primeiro lugar na lista dos mais vendidos na Livraria da Vila, em São Paulo quando de seu lançamento. A história contada parte de uma pergunta da menininha Laura a seu pai: será que “as princesas soltam pum?”. A séria investigação empreendida do adulto percorre o *Livro secreto das princesas*, no qual ele descobre episódios gastrointestinais que envolveram as lindas princesas: Cinderela, Branca de Neve, Pequena Sereia.

Verdadeiramente, para o bem ou para o mal, a análise do que é considerado “de qualidade” parece ser peculiarmente maleável no campo das “belas-letrinhas”. A tradicional oposição entre “o que é comercial”, de “entretenimento”, de “menor qualidade”, “moralizante” *versus* o que seria “de” qualidade, que figuraria como “a” arte, “o” produto para uma experiência literária “autêntica” e inovadora tem aqui complicações, considerando-se as relações específicas que se estabelecem entre escritores, críticos, editores e mercados – governamental e não governamental – dessa produção.¹⁹

Por hora, é oportuno identificar que a escolha do “melhor em literatura infantil” por parte de instituições de consagração literária desse campo não foge à regra e tende a se aproximar de critérios, pelo menos em nível discursivo, próprios do campo da arte. A rede de sociabilidades que seus protagonistas estabelecem une-os, assim, por uma disposição à apropriação cultural que se autorrepresenta distintiva – o que tem a ver com o alastramento da difusão dos materiais de leitura pela sociedade. É inegável que a atuação de tais espaços confere a seus atores um prestigioso papel de consagração ou de consagrados; seus participantes, colocando-se como aqueles que representam um patrimônio e/ou uma *intelligentsia* nacional no gênero, se abrem, por meio destas “rotas de consagração”, a possibilidades de influência política/econômica, nacional/internacional extremamente objetivas. Nesses elementos certamente reside a razão da crítica que os profissionais do ensino não raramente recebem da parte de certos agentes dominantes do campo literário; também, porque o espaço público da educação de novos-leitores repercute potencialmente no delineamento de sensibilidades que confluem para a viabilidade de determinados projetos de influência.

Se nos atentamos às falas das comunidades dominantes dessa produção cultural, mostrar-se-á corrente o confronto com afirmações que enfatizam, por exemplo, o compromisso desinteressado com “o” literário, “o” universal, “o” belo – para além de uma escrita “moralizante”,

“diretiva”, de cunho “comercial” e de uma apropriação da palavra sob uma orientação de aplicabilidade pedagógica. Seria oportuno, porém, perguntarmos se esta disposição a uma apropriação pedagógica da palavra *não* pode realmente conduzir a finais de experiências literárias realmente felizes e se *é possível* concretamente compreender algum texto desvinculado de valores, intenções morais ou de um projeto de reconhecimento público interessado...

Além disso, é urgente reconhecer que, historicamente, o sistema escolar materializou-se como um dos espaços mais importantes para a ascensão social nas sociedades capitalistas ocidentais. Não se pode desconsiderar que esta expectativa repercutiu, para a escola, em um amplo e exigente conjunto de saberes curriculares que passaram a abranger desde os conhecimentos de ler, escrever e contar até os mais gerais, incluindo aí a *educação literária*.

Este último objetivo, por sua vez, que suscita debates sobre questões ainda em aberto – por exemplo, a respeito “do que faz parte da literatura” –, parece vir legando para a escola uma ditadura do gosto – de ter que se gostar de ler e gostar de *certa literatura* – em prejuízo de uma intervenção pedagógica política efetiva que ensine a ler e a se reconhecer e discutir os padrões de julgamento mais legítimos de nossa sociedade. A começar pelos professores...

Escolher livros: responsabilidade docente

A “promoção da leitura”, inscrita sob contornos singulares no horizonte social da primeira década deste século em nosso país, vem por certo fomentando a atuação, a profissionalização e os ganhos de editores, autores, críticos e debatedores no campo do conhecimento em leitura. A forma como isso vem repercutindo na superação histórica de condições concretas que interferem, renovam e ressignificam a experiência cultural com os livros, contudo, parece exigir que insistamos sobre o protagonismo de atores sociais que, cultural e economicamente,

19 Com isso querendo dizer, por exemplo, que muitas vezes o escritor que mais vende (o mais comercial, portanto, de uma editora) não necessariamente pode ser o mais popular entre as crianças, considerando-se as vendas para o governo. Ou seja, nesse caso, contrapor o “escritor que vende” ao escritor que participa de um grupo de artistas que, como atores de vanguarda, “vendem menos”, é equivocado: ele até pode ser um escritor menos popular, mostrando-se altamente comercial e, também, altamente prestigiado.

foram estruturalmente – e por muito tempo – mantidos à margem de específicos espaços e práticas de atuação. Isto, a fim de que eles elaborem coletivamente uma experiência intelectual e sensível sobre os artefatos da cultura que, aos montes, se lhe são impostos com um conjunto de prescrições e deveres. Um notável exemplo da violência simbólica que Bourdieu definiu como “essa violência que extorpe submissões que sequer são percebidas como tais, apoiando-se em 'expectativas coletivas', em crenças socialmente inculcadas”. (BOURDIEU, 2008, p. 171)

É nesse sentido que finalizo ressaltando a importância de direções que acentuem e fomentem processos de escolhas cada vez mais plurais e próximos das comunidades a que se destinam. Tentativas mais democratizantes podem resultar em espaços de discussão coletiva sobre os “textos que se oferecem à leitura” em relação às “leituras concretas que lhe dão vida”, otimizando estudos originais, lá dentro da escola, que envolvam as temáticas da leitura, da literatura, da produção e do consumo cultural.

Sem ser assim, livros poderão na escola chegar, mas leitores críticos continuarão nela se constituindo apenas por meio de pontuais rotas clandestinas. Porque a leitura é uma prática cultural que tem a ver com escolhas, na qual é preciso se reconhecer, se fazer, se montar como sujeito protagonista – do início ao fim da história. De modo que não encontrei palavras mais oportunas para a conclusão provisória deste texto se não aquelas que o escritor moçambicano Mia Couto pronunciou por ocasião do 16º Congresso de Leitura do Brasil, em 2007, inspirado no tema “Quebrando armadilhas”:

A palavra “ler” vem do latim *legere* e queria dizer “escolher”. [...] Ora, o drama é que hoje estamos deixando de escolher. Estamos deixando de ler no sentido da raiz da palavra. Cada vez mais somos escolhidos, cada vez mais somos objecto de apelos que nos convertem em números, em estatísticas de mercado. (COUTO, 2011, p. 97)

Referências bibliográficas

- ABREU, Márcia. *Cultura letrada: literatura e leitura*. São Paulo: Editora da Unesp, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 9. ed. Campinas: Papirus, 2008.
- _____. Campo intelectual e projeto criador. In: POUILLON, Jean (Org.). *Problemas do Estruturalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1968. p. 105-145.
- CENTRO DE ALFABETIZAÇÃO, LEITURA E ESCRITA. Catálogos de publicações para criança: recepção e uso por professores de escolas públicas. Minas Gerais: Faculdade de Educação da UFMG, [? 2009]. (Mimeo).
- CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. São Paulo: Editora da Unesp, 2002.
- _____. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. 2. ed. Brasília: Editora UnB, 1999.
- COLOMER, Teresa. Literatura infantil: uma minoria dentro da literatura. In: *Suplemento Notícias – Reflexões sobre Leitura e Literatura Infantil e Juvenil*. Rio de Janeiro, fasc. 41, 2011. (Parte integrante do Boletim Notícias FNLIJ, n. 3).
- _____. *Andar entre livros: a leitura literária na escola*. São Paulo: Global, 2007.
- COUTO, Mia. Quebrar armadilhas. In: COUTO, Mia. *E se Obama fosse africano?* São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 95-106.
- EARP, Fábio Sá; KORNIS, George. *A economia da cadeia produtiva do livro*. Rio de Janeiro: BNDS, 2005.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. *Livros, catálogos, revistas e sites para o universo escolar*. Campinas: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil, 2006. p. 137-151.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*. Ed. revista e atualizada pelo autor. Tradução Maria da Penha Villalobos e Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1985.
- LAJOLO, Marisa. *Do mundo da leitura para a leitura do mundo*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994.
- LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *Literatura infantil brasileira: história e histórias*. 6. ed. São Paulo: Ática, 2007.
- MACHADO, Ana Maria. Ler e escolher livros. *Carta Fundamental*, São Paulo, n. 11, p. 10-11, set. 2009.

MAGALHÃES, Maria; ZILBERMAN, Regina. *Literatura infantil e juvenil: autoritarismo e emancipação*. São Paulo: Ática, 1987.

OLIVEIRA, Íris Filomena Mendes de. Um encontro de leitores com catálogos infantis. In: FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. *Livros, catálogos, revistas e sites para o universo escolar*. Campinas: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil, 2006. p. 39-62.

TOZZI, Juliana Bernardes. *Livro infantil no Brasil (2007-2008): marcas em circulação, catálogos de divulgação e infâncias anunciadas*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Unicamp, 2011. 236 p.

Recebido em 29 de agosto de 2011 e aceito em 4 de dezembro de 2011.